TL6483-04

Excelentíssimo Senhor
Advogado
Dr. João Loff Barreto

Excelência!

No âmbito de mais novas acerca da real situacão vivida nos últimos tempos, nós decidimos endereçar ao Sr. Dr. estas simples linhas. Porém, antes de tudo, queremos, respeitosamente, apresentar ao Sr. Dr. as nossas mais cordiais saudações com votos de maiores e melhores sucessos na nobre e difícil tarefa que está executando em prol dos nossos interesses.

Esperando pela partida rumo a Portugal como ficou decidido há quase três meses, mas que ainda não se concretizou até à data, nós julgamos ser urgente informar ao Sr. Dr. os últimos acontecimentos, com vista a serem transmitidas às autoridades portuguesas e, em especial, ao Exeelentíssimo Senhor Presidente, Dr. Mário Soares.

Desde os acontecimentos, já devidamente informados por diversas vias ao Sr. Dr., muito tem decorrido, como é habitual nas situações que estamos enfrentando. Porém, a distância fez com que nada fosse enviada, na devida altura. Por esse facto, quer Vossa Excelência quer as Autoridades Portuguesas, em relação ao nosso problema, não tiveram a dita oportunidade em intervir com mais afínco na busca de uma breve e justa solução. E, assim, com o envio destas recentes informações, nós estamos certos de que irão, em parte, reforçar as anteriores que, vistas politicamente, (quando se dão mais valor às relações comerciais que aos direitos fundamentais do homem), poderão não ser muito relevantes ou mesmo consederadas ultrapassadas.

O tempo passa e, de dia para dia, factos mais factos irão acontecendo sem que uma solucão se encontre para a nosso problema. E, por estas bandas, a Embaixada Holandesa vai-nos alimentando com "esperem com paciência" e "adiamentos", iste é, " Voltem na próxima Segunda-Feira", "Voltem na próxima Sexta-Feira", e assim por diante. Claro, isto não significa que não confiamos nos sagrados esforços do Sr. Dr. . É pelo contrário, pois o impulso que deu à decisão em enviármos mais estas informações foi para facilitar a dignissima missão do Sr. Dr. e não minimizá-la.

Sem esquecer, também ousamos solicitar ao Sr. Dr . a fim de, dentro das competências conferidas, tentar informar as nossas súplicas a todas às Organizações Internacionais que sempre definiram como defensores das Direitos Fundamentais do Homem para uma vez mais intervirem na solução do nosso problema. Nós estamos cientes, que as tarefas executadas continuamente pelo Sr. Dr. junto das autoridades portuguesas por nossa causa são bem difícis, mas não impossíveis por existirem Leis que vigoram em protecção delas. Como tal, esperamos e fazemos votos que o Sr. Dr. irá em breve encontrar uma justa e aceitável solucão ao nosso problema.

Enquanto aí em Lisboa o Sr. Dr. dedicar sacrificadamente na luta para nos defender dentro da verdade e justiça, cá as autoridades Indonésias, astuciosamente, estão aproveitando da situação, (isolados de quase tudo onde estamos), para semear confusão por um lado e lançar uma desenfreada campanha para intimidações por outro lado no nosso seio com a pressuposta finalidade, iste é, conduzir-nos à mesa para negociações traiçoeiras. Contudo, até o momento que estamos escrevendo para o Sr. Dr., nada de positivo conseguiram e, mesmo para o futuro, até às últimas consequências, repetiremos sempre que forem necessários: não e não a quaisquer compromissos que nos podem tornar cúmplices do derramamento de sangue dos irmãos barbaramente assassinados em Timor Leste.

Entrando no campo concreto dos últimos acontecimentos relacionados à nossa mísera situação, e, para os devidos efeitos jurídicos, em defesa dos nossos direitos como cidadãos livres e objectivos traçados, nos, unânimemente, decidimos enviar ao Sr. Dr. as informações abaixo descrittas:

1. No dia 25 de Novembro de 1986, pelas 10H00 de manhã, dois indivíduos, com identificações não claras, apareceram na casa onde moramos. Eles vieram em missão de serviço, segundo declarações de um deles de nome Djojoprapto, com uma chamada por escrita dirigida ao Antonino Gonçalves para se apresentar a um jeneral de nome Alex. Porém, desconhece-se o motivo da chamada. Não houve resposta positiva da nossa parte.
2. Aos 12 de Dezembro de 1986, por volta das 20H00, chegou até nós um convite verbal através de um dos nossos colegas proveniente do Sr. Francisco Lopes da Cruz para um encontro com CSIS. Porém, nenhum compareceu no local destinado ao encontro. E, mesmo assim, não desistiram dos seus vis intentos.

Passados tempos, o Sr. F. Lopes da Cruz mandou-nos comunicar que o referido encontro foi por ordem do Sr. jeneral L.B. Moerdani. No entanto, as nossas aspirações poderiam ser mesmo canalizadas através do Sr. Lopes caso rejeitarmos a tal encontro com as entidades daquela Organização. Também, como aconteceu ao convite anterior, não obteve resposta positiva da nossa parte. Então lançaram-se às campanhas de intimidação! Por consequência da recusa, o Sr. Lopes afirmou categòricamente que, apartir daquela data, ja mais responsabilizaria pelas nossas vidas caso choverem "tiros misteriosos" sobre nós ou cairmos em ciladas traiçoeiras, pois estamos, diz ele, a violar as leis da Indonésia. Que grande novidade!

3. No dia 18 de Dezembro de 1986, por volta das 17H00, repentinamente, apareceram três indivíduos na casa onde moramos. E, de entre eles, um já bem conhecido, de nome Ramli, é um elemento de polícia secreta da Indonésia, que fazia investigações ao Antonino Gonçalves quando foi preso. Os tais indivíduos aconselháram-nos para voltarmos às aulas, e só depois poderemos pensar em sair para Portugal. Mas como nada de positivo conseguiram da nossa parte, os três, fingindo-se de inocentes, procuraram então saber das causas que nos levaram a tomar tais dicisões. No fim, como viram que a conversa não lhes fora favorável, cìnicamente convidaram-nos, e até certo ponto com exigências, para irmos à procura de raparigas, aos centro de prostituição e às "night club.s" com as despesas feitas por eles. E, como nem com tudo isso conseguiram levar do melhor, regressaram às suas situações anteriores.
4. No dia 29 de Dezembro de 1986, por volta das 10H00, novamente, apareceu o Ramli acompanhado dum outro elemento. Eles declararam que, uns dias antes, apareceram em casa, por volta das 12H00. Porém, na altura, nós encontrávamos fora da casa. A seguir informaram-nos que vieram sob as ordens do seu comandante, chamado Herry, a fim de convencer-nos para desistirmos das nossas intenções. Novamente, tentaram convencer-nos para voltarmos às aulas e que a partida para Portugal ficaria para depois de terminarmos os estudos. E, como sempre, a conversa prosseguiu com aliciamentos a fim de irmos juntamente com eles à cata de mulheres nos grandes centros de prostituição ou irmos às danças nas "night club.s". E como em todos os convites sempre obtiveram respostas negativas, acabaram por regressar.
5. O tempo foi passando, e, no dia 31 de Dezembro de 1986, veio outra chamada por escrito dirigida ao Antonino Gonçalves para, urgentemente, comparecer no Departamento de Transmigração da Indonésia. O abjectivo da chamada era para falar com o Inspector-geral do referido Departamento. Porém, desconhecemos, até à presente data, o tópico da conversa.
É de admirar tais misteriosas e meigas atenções!
No entanto, entramos no ano de 1987, e, como se verificou desde Outubro de 1986, contando com as limitadas possibilidades e mendigando aqui e acolá para a manutenção da nossa sobrevivência neste mundo, nós tínhamos que contentar apenas com a monótoma notícia da Embaixada de Holanda durante o Natal e o Ano Novo: "Esperar e esperar com paciência"! Sim, esperamos! E, até à própria destruição, esperaremos pelo alcance do nosso objectivo que consentir as nossas mãos serem infiltradas no sagrado sangue dos irmãos timores derramado em Timor Leste.
6. O tempo corre veloz, e as intimidações vieram a intesificar no ano que há semanas começou, isto é, 1987.
No dia 13 de Janeiro de 1987, por volta das 21H00, novamente, o Ramli acompanhado de uma mulher que cìnicamente foi apresentada como sua esposa, entraram subitamente em casa. Eles, como é habitual às anteriores vindas, vieram carregados de aparelhos para gravar conversas ou melhor as conversas travadas com eles. E antes de dirigirem para a casa onde moramos, enviam criancas ou pessoas vizinhas a espreitarem primeiro e a seguir entram repentinamente, como primeiro sinal de intimidação. Na conversa, declarou Ramli, que anteriormente tentou vir a casa e, como não estávamos, ficou sem efeito. E afirmou que veio por ordem do comandante Herry a fim de aconselhar-nos a desistirmos das decisões tomadas em Outubro de 1986. Mais disse que o tal comandante mandou para também convencer-nos a não partirmos para Portugal antes de acabarmos os estudos. E como continuamos a rejeitar, o Ramli começou com as suas ameaças indirectas dizendo que o Reitor, o médico Gerard Bonang, é que assumiria as responsabilidades, caso suceder algo contra nós. Também, transmitiram-nos verbalmente que o comandante Herry pretendia encontrar connosco, mas não na nossa morada. E como rejeitamos, deram-nos uma outra alternativa, isto é, de possìvelmente o Herry vir a casa onde estamos sem todavia tocar antecipadamente no assunto a tratar. Contudo, pode-se advinhar, com antecedência, que não há-de ir além de uma repetição das conversas anteriores.

Para admirar,ainda perguntou pelos dias que costumávamos ir à Embaixada de Holanda em Jakarta, pelo que desconhecemos a finalidade dessa pergunta. Levando constantemente respostas negativas aos conselhos dados, descaradamente, convidou-nos para a má vida e etc., etc. ..... e tudo é pago por ele. Porém, nenhum de nós ficou aliciado.
E, antes de regressar, aconselhou-nos, dizendo: caso vier o comandante Herry é favor de informar que o Ramli já veio aqui cinco vezes para vos convencer.

7. Em 17 do corrente mês, por volta das 09H00, repentinamente, entrou de novo em casa, o Ramli. Desta vez, começou a perguntar pelas moradas dos colegas timorenses a estudar em Jacarta, fingindo-se desconhecer de tudo. Não tendo já algo de importancia a tratar, mudou de conversa, e começou então com perguntas que não nos interessavam para nada, isto é, de procurar saber se temos conhecimento de certos problemas/crimes decorridos os quais achamos desnecessário citá-los por constituirem assuntos internos do Governo da Indonésia. Por outro lado, é de admirar que o tal Ramli aconselhou-nos para irmos pedir ajudas à Cruz Vermelha Internacional pois é uma organização neutra, em vez de irmos para a Embaixada de Holanda que não é neutra. Antes disso, tentou saber, donde arranjamos dinheiro para a nossa sobrevivência até à presente data. Pelos vistos, pensamos que estas perguntas ou conselhos são nada mais nada menos que formas indirectas de investigações sobre nós e que até à data desconhecemos o motivo/objectivo de tais investigações. Como sempre, antes de regressar, convidou-nos para passarmos o fim de semana na casa dele e, irmos aos centros de prostituição, a custa dele ou dos seus patrões.
8. Enquanto íamos"esperando com paciência" e, ao mesmo tempo, alimentando das eternas respostas da Embaixada de Holanda que " as conversações entre as autoridades indonésias sobre a autorização da nossa partida continuam decorrendo", no dia 19 de Janeiro de 1987, por volta das 10H00, de novo, Ramli, apareceu repentinamente em casa. Como nas anteriores vindas também desta vez ele veio, em missão de serviço, com conselhos e convites semelhantes aos já referidos acima. E, antes de regressar, disse que, pelo menos, antes da nossa partida ele virá falar connosco. No entanto, ele tentará vir, antes disso, todas as vezes que puder. Porém, desconhece-se o tópico do assunto e seus objectivos.
9. (a). 23.1.1987.
Como sempre, continuamos esperando com paciência pela partida!
De acordo com as instruções recebidas, mais uma vez, estivemos na Embaixada a fim de inteirar-nos da evolução da nossa situação. Porém, apenas nos disseram que da parte deles nada tem a dizer pois, como é habitual, as negociações continuam sem nenhuma evolução favorável para nós os quatros. E, antes de regressarmos, recomendaram-nos para irmos novamente no dia 28 ou 29. Porém, se for no dia 29 até é melhor porque provàvelmente já iremos ter novas acerca da partida.
(b). 29.1.1987.
No dia 29 de Janeiro , logo de manhã, fomos a Embaixada como ficou combinado. Lá, no portão, esperamos e esperamos até cerca das 11H30, e no fim, mandaram-nos comunicar que, como ainda estavam na reunião, seria melhor voltarmos para lá por volta das 14H00 do mesmo dia. E regressamos para a casa. Cerca das 14H00, nós estivemos lá, pela segunda vez, parà saber novas. Mandaram-nos esperar até quase 15H30, só para finalmente mandarem comunicar que ainda continuam ocupados e, desta vez, não da reunião, mas com hóspedes, e que, por isso, voltaríamos para lá no dia seguinte, isto é, no dia 30 do corrente mês, às 08H00. Sendo assim, regressamos sem contactar com nenhuma entidade da Embaixada. Por acaso, desconhecemos os motivos dessa tomada de decisão por parte da Embaixada.
Do mesmo modo, admiramos porque é que temos de esperar fora da Embaixada e à margem da estrada todas as vezes que para lá íamos até receber - mos ordens para entrar e, outras vezes, nem isso, até regressarmos para a casa.
Ultimamente, é a Embaixada quem determina os dias que temos de ir, isto é, em vez de, quase diàriamente como de costume, agora passamos só a ir semanalmente. Fixam as datas que temos de ir à Embaixada sem ter em conta as nossas dificuldades, entre as quais, a de como sobreviver até lá.
(c). 30.1.1987.
Como ficou combinado, no dia 30 do corrente lá fomos à Embaixada logo muito cedinho. Mandaram-nos entrar e a seguir disseram-nos que de momen-

to da parte da Embaixada Holandesa nada tem a informar sobre a nossa partida. E mais nos disseram que, por acaso, esperavam algo de positivo acerca da nossa partida com a vinda do Governador Indonésio em Timor Leste para Jacarta, mas nada de especial. Desconhecemos no entanto a lógica ou a intenção desta afirmação da Embaixada. E, antes de regressarmos, recomendaram-nos para ter a santa paciência de esperar até as autoridades Indonésias nos concederem a autorização para a saída que poderá ser daqui há semanas ou daqui há três ou quatro meses, é isto, segundo as previsões da Embaixada, porque da parte das autoridades indonésias, de momento, ainda não estão interessadas em deixar-nos saïr ou mesmo anular as suas próprias promessas. Estas são as variadas e constantes respostas que a Embaixada nos costumava dar. E a seguir regressamos com a recomendação de irmos na próxima semana, claro, para ouvir a mesma coisa. Lado a lado a isso, as autoridades indonésias através dos seus agentes vão preparando as suas ciladas incluído uma cilada de morte para nós os quatro, como já tem demonstrado em diversas ocasiões. Contudo, continuaremos a esperar até sairmos e, venha o que vier, não trairemos esta decisão tomada.

10. Além dos acontecimentos acima descritos, outras formas de intimidação tem chegado até nós. Todavia, decidimos de momento não incluir nesta carta por os dados serem ainda incompletos. Claro que, tudo diz respeito às ameaças vindas ou através de amigos, ou de familiares ou de colegas.

O mais interessante é que as autoridades indonésias prometeram largos e fundos ao Mundo que, para nós, não existem da parte delas mais incómodos ou pesquisas. No entanto, por trás disso, continuam a enviar os seus agentes para nos vigiarem ou virem investigar-nos em casa, todas as vezes que apetecerem.

Queremos contudo frisar que estas informações não constituem de maneira nenhuma uma exigência às cegas para o Sr. Dr., mas apenas uma espécie de denúncio às manobras astuciosas das autoridades indonésias que precisamente vêm a contrariar flagrantemente as suas próprias promessas, e, que poderão ser utilizadas, (em defesa dos nossos direitos), caso forem necessárias.

Também, por este meio, comunicamos ao Sr. Dr. que os factos acima citados, já foram devidamente informados a Embaixada Holandesa e as Organizações Internacionais aqui estacionadas, com vista a tomarem prévias precauções sobre a nossa situação até deixarmos Indonésia.

De momento, é tudo o que temos a informar ao Sr. Doutor.

Terminando, nós pedimos com toda a consideração maiores desculpas caso houver algo de irrelevante nas informações acima descritas.

Jacarta, aos 31 do mês de Janeiro do ano de 1987.-

Com as nossas mais cordiais saudações e longa vida ao Senhor Doutor,
Subscrevemo-nos
Mui humilde e atenciosamente,

1. Fernando Afonso da Silva
2. Abílio Oliveira Sereno
3. João Freitas da Câmara
4. Antonino Gonçalves